

1.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
SÉCULO		DIÁRIO POPULAR	
JORNAL DO COMÉRCIO		DIÁRIO DE LISBOA	
PRIMEIRO DE JANEIRO	11.MGV.1974	CAPITAL	
JORNAL DE NOTÍCIAS		REPÚBLICA	

X

## Os trabalhadores da saúde aguardam a publicação de um decreto que lhes ajuste os vencimentos

Os trabalhadores da Saúde e Assistência que exercem a sua actividade nas pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, em exposição dirigida ao ministro dos Assuntos Sociais, afirmam que «sempre foram marginalizados pela legislação fascista», pois «estiveram impedidos de se organizarem sindicalmente, sujeitos a um regime jurídico penoso e sem protecção contra as arbitrariedades das administrações, subordinados a um estatuto disciplinar draconiano de indole declaradamente repressivo».

Naquela exposição, após «citar» anomalias referentes no campo dos vencimentos, alude-se ao ajustamento respectivo, que está «dependente da publicação do decreto regulamentar». Concretizando, e a propósito da urgência da promulgação do diploma legal «que concretize o ajustamento de vencimentos de um sector da população cujo trabalho se reveste da maior importância na era do desenvolvimento nacional que todos estamos vivendo» afirma-se naquela exposição:

«Adivinhamos o argumento da incapacidade financeira apresentado ao Governo por algumas instituições de Saúde e Assistência, que o estão fazendo até no que respeita ao ordenado mínimo.

«Porém, o problema depende directamente dos estabelecimentos e do Estado, que não dos trabalha-

dores. Com efeito, há necessidade de: «racionalizar a gestão»; definir «como prioritárias as despesas» com pessoal em prejuízo de outras «sem qualquer reflexo na qualidade dos serviços prestados aos doentes»; reter como receitas próprias certas verbas facturadas aos utentes e que revertem para umas poucas categorias profissionais «em forma de honorários fabulosos».

«Isto tudo, abstraindo do principio de que o Estado irá, decerto, chamando cada vez mais a si as tarefas do Serviço de Saúde, de interesse eminentemente público, a preços inferiores aos custos ou gratuitamente, autonomizando, deste modo, o problema dos salários dos trabalhadores das particulares condições empresariais.

«De qualquer maneira, a presente situação aponta para uma rápida intervenção do Estado que em alguns casos terá de suprir a alegada incapacidade financeira dos hospitais e serviços».

Os trabalhadores do Hospital Sobral Cid, em carta que nos dirigem, reforçam este ponto de vista: «Ainda não receberam o vencimento actualizado, o subsídio de férias, uma chamada sétima hora desde Janeiro a Junho do corrente ano», apesar de «já terem sido pedidos por escrito no dia 18 do corrente mês, quais as razões deste atraso e até à data não houve qualquer esclarecimento».

Fundação